



Comemoração

96º Dia Internacional das Cooperativas

24º Dia Internacional das Cooperativas das Nações Unidas

Mirandela , 07/julho/2018

Centro Cultural de Mirandela – Grande Auditório

Exmo Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social,

Exma Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela,

Exmo Senhor Presidente da Comissão de Agricultura e Mar da Assembleia da República,

Exmo Senhor Deputado Jorge Gomes, caro amigo e colega de liceu,

Exmo Senhor Presidente da CASES, Caro amigo,

Caro Presidente da CONFAGRI,

Caro Secretário Geral da CONFAGRI,

Exma Prof. Dra. Deolinda Meira,

Exmo Presidente da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro,

Caros Dirigentes das Cooperativas e outras Organizações da Economia Social,

Caros Cooperadores,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Permitam-me que comece por enviar um abraço ao Presidente da CONFECOOP (Rogério Cação) que por razões de saúde não pode aqui estar.

Permitam-me ainda uma referência de carácter pessoal. É para mim uma enorme honra não só representar uma vez mais a CONFECOOP no Dia Internacional das Cooperativas, mas sobretudo porque estamos em Mirandela, cidade do Distrito de Bragança a que pertencemos. Em Carviçais, Mós, terras de Torre de Moncorvo e em Bragança cresci, até que os estudos me obrigaram a descer à capital aonde permaneço, mas sem nunca me desenraizar e aonde retorno sempre que posso. Aqui tenho amigos que não esqueço, o Artur Pilão, o Manuel José Lemos, o Eleutério Alves, os irmãos Araújo e tantos outros, e ainda outros, como o António José Afonso e o Veríssimo Ramos, que há dias e de forma inesperada nos deixaram.

Sou por isso, naturalmente, um dos 4.329 cooperadores da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Terra Quente e um dos seus 18.600 clientes activos.

Acompanho, quanto me é possível, a evolução das nossas terras e sofro, ainda que à distância, com o seu despovoamento, o agravamento dos desequilíbrios entre o litoral e o interior e a incapacidade das políticas, ditas de coesão, em atingirem os objectivos que proclamam.

Tem, por todas estas razões, para mim, um significado particular e especial a presença do Senhor Ministro, que em nome da CONFECOOP, Confederação Cooperativa Portuguesa, muito agradeço.

Foi, sem dúvida, acertada a opção da CONFAGRI em escolher Mirandela, o distrito de Bragança, para a comemoração do Dia Internacional das Cooperativas, quando exactamente a Aliança Cooperativa Internacional elegeu, para este ano, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas como tema de reflexão.

Sim, aqui faz mais sentido que em muitos outros lugares, pensarmos nas acções a desenvolver para atingirmos os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030.

Sim, não será fácil Erradicar a Pobreza e Erradicar a Fome, primeiro e segundo objectivos, sem Saúde de Qualidade e Educação de Qualidade, terceiro e quarto objectivos.

Sim, não atingiremos o décimo objectivo, Reduzir as Desigualdades sem Trabalho Digno e Crescimento Económico, e sem Indústria, Inovação e Infraestruturas, oitavo e nono objectivos.

Sim, são Parcerias para a Implementação dos Objectivos, décimo sétimo objectivo, que dão maiores garantias de atingir a totalidade dos outros 16 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Neste dia não podemos deixar de olhar para a realidade cooperativa do Distrito de Bragança e seguindo os dados da CASES constatamos que:

- a) Existem registadas 58 cooperativas das quais 38 do ramo agrícola, 5 do ramo crédito e 15 dos outros ramos.
- b) Estão activas e com credencial da CASES 34 cooperativas, 25 do ramo agrícola, 4 do ramo crédito e 5 dos outros ramos.
- c) Estão “adormecidas” 24 cooperativas, 13 do ramo agrícola, 1 do ramo crédito e 10 dos outros ramos.

A CONFECOOP está naturalmente preocupada com o facto de 2/3 das cooperativas do Distrito de Bragança dos ramos que representa, estarem “adormecidas” e não deixará de se interessar pelo esclarecimento da sua situação e sobretudo em que medida pode ajudar a que regressem a uma situação activa.

Esta é uma das nossas missões, que de há muito sabemos ser difícil porque têm faltado as condições que constitucionalmente estão consignadas, mas que as políticas de vários governos têm dificultado. Foi a progressiva anulação das condições que o Estatuto Fiscal Cooperativo de 1998 (governo de António Guterres) estabelecia e a redução a um mínimo simbólico da diferenciação das taxas da Segurança Social pelo Código Contributivo de 2009 (governo de José Sócrates), foi a falta de apoios técnicos e financeiros adequados que deixaram muitas cooperativas desarmadas para fazer frente à permanente e cada vez mais feroz competição dos grupos económicos.

Num contexto de claro domínio da forma de produção capitalista, o Estado não pode ser neutro em relação às Cooperativas e outras organizações da Economia Social, aliás como determina expressamente a Constituição da República Portuguesa, quando na alínea f) do artigo octogésimo estabelece o princípio da “Protecção do sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção”, depois de na alínea b) garantir a “Coexistência do sector público, do sector privado e do sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção”.

A criação da CASES, cooperativa de interesse público, em substituição do INSCOOP (Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo), do CNES (Conselho Nacional para a Economia Social) e agora da CPES (Confederação Portuguesa da Economia Social) não bastará, se efectivamente não derem contributos para que as medidas legislativas e a intervenção do Estado e das organizações da Economia Social sejam mais articuladas e globais, e, da sua actuação não resultem com evidência que as missões de cada organização de base obtiveram uma mais valia, na protecção e defesa dos seus membros e das comunidades em que desenvolvem a sua actividade.

É pois, a nosso ver, expectável que no Orçamento do Estado para 2019, sejam tidas em conta as conclusões e propostas do Grupo de Trabalho sobre Fiscalidade da Economia Social, dando o sinal necessário na inversão do caminho que foi percorrido na última década, quanto ao dever do Estado de protecção do sector cooperativo e social, para que este possa dar um melhor contributo no alcançar dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Mirandela, 7/julho/2018

Jerónimo Teixeira

Vice presidente da Direcção da CONFECOOP